



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

NELSON DE FREITAS PORFIRIO JUNIOR

OS CONSELHOS DE DOM QUIXOTE A SANCHO PANÇA PARA O
GOVERNO DA ÍNSULA BARATARIA: ECOS DOS “ESPELHOS DE PRINCIPE”

CAMPINAS
2013

NELSON DE FREITAS PORFIRIO JUNIOR

OS CONSELHOS DE DOM QUIXOTE A SANCHO PANÇA PARA O
GOVERNO DA ÍNSULA BARATARIA: ECOS DOS “ESPELHOS DE PRINCIPE”

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Soares Carneiro

CAMPINAS
2013

RESUMO

O objetivo da monografia é o de analisar os conselhos que Dom Quixote dá ao seu escudeiro Sancho Pança, por ocasião do conhecido episódio narrado nos capítulos XLII a LIII da segunda parte de *Dom Quixote de la Mancha*, em que Sancho é nomeado governador da ínsula Baratária, buscando compreendê-los no contexto histórico e comparando-os com algumas das recomendações apresentadas nos principais “espelhos de príncipe”, tanto os contemporâneos de Cervantes como os mais antigos. Faz-se breve apresentação das origens e da evolução histórica desse gênero, desde a Antiguidade Clássica até o século XVII. Examinam-se os principais aspectos do panorama político, social e econômico da Espanha de Cervantes, procurando contextualizar o episódio da ínsula Baratária e buscando identificar as principais referências políticas e literárias que influenciaram o autor. São apresentados e brevemente comentados os principais conselhos de Dom Quixote, conforme a divisão em dois grupos feita por ele próprio: os conselhos dirigidos ao governo “da alma” e os conselhos dirigidos ao governo “do corpo”.

Palavras-chave: Literatura espanhola, Renascimento, Miguel de Cervantes, Dom Quixote, Espelhos de príncipe.

ABSTRACT

This monography aims to analyze the advice given by Don Quijote to his squire Sancho Panza by occasion of the well known episode narrated in Chapters XLII to LIII of the second part of *Don Quijote de la Mancha*, when Sancho is designated governor of the insula Barataria. One tries to relate that counseling to the historical context and to compare some of them to the advice given in the main “mirror of princes” books, both contemporary and older. A brief presentation of the historical evolution of this literary genre follows, from its Classical antiquity origins to the 17th century. Some relevant aspects of the political, social and economical scenario of Cervantes’ Spain are discussed, in order to contextualize the insula Barataria episode, seeking also to identify his main literary and political influences. The most important Don Quijote’s pieces of advice are presented and briefly commented, in the two groups he established: advice for the soul and advice for the body.

Keywords: Spanish literature, Renaissance, Miguel de Cervantes, Don Quijote, Mirrors of princes.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. Os espelhos de príncipe.....	4
2.1. Noção e origens históricas.....	4
2.2. Os <i>de regimine principes</i> da Idade Média.....	7
2.3. Os espelhos de príncipe no Renascimento.....	9
2.4. Os <i>doctrinales de principes</i> espanhóis do <i>Siglo de Oro</i> (1492-1681).....	10
3. Panorama político e social da Espanha de Cervantes.....	12
3.1. Ascensão e queda do império espanhol.....	12
3.2. O episódio da insula Barataria.....	13
4. Os conselhos de Dom Quixote a Sancho Pança.....	17
4.1. Visão geral.....	17
4.2. Conselhos sobre o governo “da alma”.....	18
4.2.1. Da reverência a Deus.....	18
4.2.2. Do autoconhecimento (o “conhece-te a ti mesmo”).....	19
4.2.3. Da humildade.....	20
4.2.4. Da virtude.....	20
4.2.5. Do tratamento adequado dos parentes e da esposa.....	21
4.2.6. Da não arbitrariedade, da compaixão e da imparcialidade.....	22
4.2.7. Do emprego da equidade, da misericórdia e da clemência.....	22
4.2.8. Da isenção e do tratamento isonômico das demandas.....	23
4.2.9. Da moderação e da justa medida na aplicação das penas.....	24
4.2.10. Da benevolência.....	24
4.2.11. Da aplicação da justiça (premiação das virtudes e punição dos vícios).....	25
4.3. Conselhos sobre o governo do corpo (sobre a aparência pessoal e o comportamento social).....	26
4.3.1. Do asseio pessoal.....	26

4.3.2. Do vestuário....	27
4.3.3. Da alimentação adequada.....	28
4.3.4. Da moderação ao beber.....	29
4.3.5. Das boas maneiras.....	29
4.3.6. De como cavalgar corretamente.....	30
4.3.7. Da importância do sono moderado.....	30
4.3.8. Das disputas entre linhagens.....	31
5. Conclusões.....	32
6. Referências bibliográficas....	34

1. Introdução

O objetivo desta monografia é o de analisar os conselhos que Dom Quixote dá ao seu escudeiro Sancho Pança, por ocasião do conhecido episódio narrado nos capítulos XLII a LIII da segunda parte de *Dom Quixote de la Mancha*. Recorda-se que, após um sem número de burlas e peças pregadas pelo Duque e pela Duquesa à dupla que haviam acolhido em seus domínios, manifestam a Sancho sua intenção de nomeá-lo governador da ínsula¹ Baratária². Sancho, que havia acabado de ser submetido a uma simulada viagem aérea (no cavalo *Clavileño*), retruca que seria melhor que lhe dessem um pedacinho do céu:

“– Mirad, amigo Sancho – respondió el duque–: yo no puedo dar parte del cielo a nadie, aunque no sea mayor que una uña, que a solo Dios están reservadas esas mercedes y gracias. Lo que puedo dar os doy, que es una ínsula hecha y derecha, redonda y bien proporcionada, y sobremanera fértil y abundosa, donde si vos os sabéis dar maña, podéis con las riquezas de la tierra granjear las del cielo.

– Ahora bien –respondió Sancho –, venga esa ínsula, que yo pugnaré por ser tal gobernador que, a pesar de bellacos, me vaya al cielo; y esto no es por codicia que yo tenga de salir de mis casillas ni de levantarme a mayores, sino por el deseo que tengo de probar a qué sabe el ser gobernador” (CERVANTES, 2004, p. 865-866).

Como se sabe, Sancho Pança só havia concordado em acompanhar o enlouquecido fidalgo Alonso Quijano em suas aventuras após este lhe ter feito muitas promessas, dentre as quais aquela – que parece ter sido a decisiva - de que o nomearia governador de alguma ilha que lhe fosse concedida em retribuição por seus serviços:

¹ Embora os Viscondes de Castilho e Azevedo, na sua conhecida tradução, tenham optado pelo sinônimo mais comum (“ilha”), preferiu-se utilizar uma tradução mais fiel ao original (“ínsula”), já que esse vocábulo também existe em português e mantém o arcaísmo empregado por Dom Quixote, influenciado pelo estilo adotado nos romances de cavalaria. Acresça-se que, em sua origem latina, o termo ínsula refere-se não apenas à ilha como espaço geográfico, mas a qualquer lugar isolado e delimitado (Antonio SANTOS, p. 100) e, como se sabe, Baratária não era realmente uma ilha.

² Cervantes diz que a insula era, na verdade, um pequeno povoado, com cerca de mil habitantes, e que sua denominação teria sido dada porque o lugar se chamava Baratario, ou em razão do “barato con que se le había dado el gobierno”. Anota-se que o vocábulo “barato”, além de ser adjetivo significando “simples, ordinário, pouco valioso”, também podia ser substantivo, significando “gorgeta, propina, fraude, engano ou suborno”, podendo assim indicar tanto que Sancho tinha ganho a insula como uma gorgeta ou que tal presente não passava de um embuste. .

“Decíale entre otras cosas Don Quijote, que se dispusiese a ir con él de buena gana, porque tal vez le podía suceder aventura que ganase en quítame allá esas pajas, alguna ínsula, y le dejase a él por gobernador de ella” (CERVANTES, 2004, p. 72).

Tanto é assim, que a primeira vez que ouvimos a voz de Sancho é exatamente para cobrar do amo o cumprimento de tal promessa:

“Dijo en esto Sancho Panza a su amo:

- Mire vuestra merced, señor caballero andante, que no se le olvide lo que de la ínsula me tiene prometido, que yo la sabré gobernar por grande que sea.

A lo cual le respondió Don Quijote:

- Has de saber, amigo Sancho Panza, que fue costumbre muy usada de los caballeros andantes antiguos hacer gobernadores a sus escuderos de las ínsulas o reinos que ganaban; y yo tengo determinado de que por mí no falte tan agradecida usanza” (...); (CERVANTES, 2004, p. 73-74).

Muito embora a concessão do governo da ínsula a Sancho tenha sido apenas mais uma das inúmeras – e frequentemente cruéis - brincadeiras elaboradas pelos Duques exclusivamente para sua diversão pessoal, o episódio parece ter sido cuidadosamente concebido por Cervantes para apresentar ao leitor as suas concepções sobre a política em geral, tratando especialmente da melhor forma de se governar e das qualidades exigidas de um governante ideal:

“En esto llegó don Quijote, y, sabiendo lo que pasaba y la celeridad con que Sancho se había de partir a su gobierno, con licencia del duque le tomó por la mano y se fue con él a su estancia, con intención de aconsejarle cómo se había de haber en su oficio.

(...)

- (...) Dispuesto, pues, el corazón a creer lo que te he dicho, está, ¡oh hijo!, atento a este tu Catón, que quiere aconsejarte y ser norte y guía que te encamine y saque a seguro puerto deste mar proceloso donde vas a engolfarte; que los oficios y grandes cargos no son otra cosa sino un golfo profundo de confusiones” (CERVANTES, 2004, p. 867).

Como se verá ao longo do trabalho, parece ser fora de dúvida que Cervantes possuía bastante familiaridade com a literatura política de sua época, especialmente dos chamados *doctrinales de principes* que floresceram durante o *Siglo de Oro* espanhol e que tinham origem próxima na literatura *de regimine principes* da Idade

Média, a qual, por sua vez, encontrava raízes em obras da Antiguidade Clássica (Donald W. BLEZNICK, p. 62).

Tais livros, que são também conhecidos, genericamente, como “espelhos de príncipe”, eram muitas vezes verdadeiros guias ou manuais escritos basicamente com a finalidade de aconselhar os futuros governantes (ou aqueles destinados a exercer outras funções de comando) sobre a melhor maneira de exercerem os seus cargos. A maioria deles ia muito além de recomendações políticas em sentido estrito, abordando assuntos os mais variados, incluindo higiene e comportamento pessoais, teorias sobre o exercício do poder, a melhor maneira de administrar a justiça e a importância da misericórdia e das virtudes cristãs.

Este trabalho pretende, assim, apresentar e analisar os conselhos dados por Dom Quixote a Sancho Pança, buscando compreendê-los no contexto histórico e compará-los com os conselhos apresentados nos “espelhos de príncipe” que teriam servido de inspiração a Miguel de Cervantes.

Para tanto, iniciar-se-á com uma breve apresentação das origens e da evolução histórica do gênero, desde a Antiguidade Clássica até os séculos XVI – XVII.

Em seguida, examinar-se-á o panorama político e social da Espanha de Cervantes (o chamado *Siglo de Oro*), procurando contextualizar o episódio da ínsula Barataria e buscando identificar as principais referências, políticas e literárias, que influenciaram o autor.

Os conselhos de Dom Quixote propriamente ditos serão objeto dos dois capítulos seguintes, iniciando-se pela análise das recomendações dirigidas ao governo “da alma” e em seguida passando-se ao exame dos conselhos ditos “para o corpo”.

2. Espelhos de príncipe

2.1. Noção e origens históricas

Os *espelhos de príncipe*³ constituem um peculiar gênero literário, cuja tradição remonta às civilizações do Egito e da Mesopotâmia e que abrange o conjunto dos textos, de variadas formas literárias (diálogo, tratado, sermão, poema, carta etc.), que instruem o príncipe acerca do que ele deve ser, saber e fazer para dirigir bem seu Estado (Michel SENELLART, p. 47).

Tal gênero desenvolveu-se especialmente ao longo da Idade Média, atingindo o auge entre os séculos XV e XVII, caracterizando-se pela finalidade de ensinar os futuros reis e príncipes a bem governarem os seus Estados, normalmente incluindo recomendações sobre o comportamento ideal e apresentando exemplos históricos a serem imitados ou evitados. Em um sentido mais amplo, o gênero abrange também textos dirigidos àqueles destinados a assumir outras funções relevantes na estrutura do governo ou nos círculos da nobreza.

Fábio André Hahn (2008) anota que, embora os *espelhos de príncipes* tenham sido produzidos desde a Antiguidade, foi na Idade Média, a partir dos carolíngios, no século IX, que eles “adquiriram a forma que lhes conferiu o *status* de gênero literário definido e independente de caráter pedagógico, (...) agregando no final do medievo, especialmente após o século XIII, características eminentemente políticas, convertendo-se então em verdadeiros tratados político-pedagógicos”. Daí em diante os “ensinamentos veiculados nos espelhos passaram a se relacionar de forma mais veemente a aspectos pragmáticos da governança com destaque para o exercício da justiça, principal virtude régia”.

³ *Specula principum*, em latim; *Specchio del príncipe*, em italiano; *Mirrors for princes*, em inglês; *Instrucción de príncipes*, em espanhol, *fürstenspiegel*, em alemão.

Conforme Ernst Cassirer (*apud* HAHN), esse tipo de literatura foi extremamente popular durante os períodos medieval e renascentista, sendo que entre os séculos IX e XVIII teriam sido publicados perto de mil livros destinados a ensinar ao rei “como se devia conduzir a fim de ser ilustre no seu elevado cargo”.

Na literatura ocidental, os precursores do gênero podem ser encontrados na Antiguidade Clássica, mencionando-se especialmente as obras: *A Nicocles*, de Isócrates (436 – 338 a.C.), *Ciropédia* ou *A Educação de Ciro*, de Xenofonte (c. 430 – 355 a.C.) e *De clementia*, de Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.).

O *A Nicocles* (370 a.C.), considerada por muitos a obra fundadora do gênero⁴, é, segundo Alessandra Carbonero Lima (2008, p. 74/76) “um discurso de exortação às virtudes morais do príncipe Nicocles, filho de Evágoras, rei de Salamina, em Chipre”. Isócrates “considera que a formação do cidadão deve incluir a *areté*⁵ política”, mas ocupa-se aqui apenas com a *areté* política do governante, argumentando “que a educação do particular é proveitosa apenas para o particular, enquanto a educação do governante convém ao governante e também a todos os particulares”. Assim, “se a natureza fez de Nicocles governante, a educação garantiria o sucesso de seu comando”. Isócrates não se ocupa apenas com a formação do príncipe, considerando que a verdadeira tarefa deste seria a de “garantir a paz e as condições necessárias para a realização do bem comum”. Para isso, “aconselha o governante a amar os seus súditos e a sua pátria, a ser piedoso para com os deuses, a buscar a glória e não a riqueza, a agir segundo a justiça e a temperança, a aceitar apenas as leis justas e a modificar as injustas, a cultivar-se para tornar-se o homem mais virtuoso, fazendo-se exemplo para o seu povo; a ser, de fato, um guia para seus súditos”.

A Ciropédia (ou *Ciropaideia*), de Xenofonte, escrita por volta de 360 a.C., é uma obra de difícil classificação, pois trata de um tema histórico, mas de forma bastante

⁴ Segundo Nair de Nazaré Castro Soares (1994, p. 26), “cabe a Isócrates o mérito de pela primeira vez escrever uma obra sistemática, em prosa, dedicada exclusivamente a este tema [o espelho de príncipes]”.

⁵ Palavra de origem grega que expressa o conceito grego de excelência, ligado à noção de cumprimento do propósito ou da função a que o indivíduo se destina.

livre, podendo assim ser considerada uma biografia ficcional ou romanceada de Ciro, o fundador do Império Persa, que reinou de 559 a 530 a.C., abrangendo a sua juventude, a sua subida ao poder e o seu governo. Segundo Alessandra Carbonero Lima (2008, p. 74) “Xenofonte diz que se ocupará em relatar a vida de Ciro, o jovem; entretanto, muito do que é ali narrado carece de apoio histórico, remetendo-nos, vezes seguidas, a um romance ficcional”.

A *Ciropédia* pode ser também considerada como um “romance de formação”, descrevendo a educação de um governante ideal, como observa Emerson Cerdas (2011, p. 20), para quem a obra “é uma narrativa ficcional de caráter idealizante” em que o principal interesse do autor é o de “discutir sobre a arte de governar”, mas fazendo suas reflexões em forma de uma narrativa biográfico-romanesca ao invés de redigir um tratado sobre o tema. Para Alessandra Carbonero Lima (2008, p. 74), “mais do que um elogio às virtudes do jovem Ciro”, a *Ciropédia* “é, sobretudo, a descrição da *paidéia*⁶ ideal para a formação do governante e evidencia a busca de uma forma política alternativa para a *polis* e, em especial, para a *politéia* democrática”.

Em *De clementia*, escrito entre 55 e 56 d.C., Lucius Sêneca, preceptor e conselheiro de Nero, enaltece a clemência “como a virtude imperial por excelência”, sendo a obra que possivelmente dá origem à expressão “espelho de príncipes” (SOARES, 1994, p. 33), já que logo no seu início encontramos a seguinte frase: “Propus-me a escrever sobre a clemência, ó Nero César, para servir-te como um espelho e, mostrando-te a ti mesmo, fazer-te chegar ao mais eminente dos prazeres” (SÊNECA, 1900, trad. nossa).

Sêneca propõe ao imperador Nero um modelo de governo centrado prioritariamente na clemência, formulando um catálogo de virtudes a serem praticadas para o que entendia ser o perfil definitivo do governante ideal. O tratado *De Clementia* também pode ser considerado uma espécie de “programa de governo” que visava

⁶ Palavra grega de difícil tradução, que designa o ideal educativo da Grécia clássica, correspondendo, segundo Platão, à “essência de toda a verdadeira educação”.

renovar o principado sob uma nova ótica baseada na clemência e na filantropia, ou seja, ensinamentos orientados pela filosofia do estoicismo como forma de se contrapor à tendência do principado em adotar estratégias próprias de uma monarquia do tipo absoluta.

Conforme J. Le Goff (apud HAHN, 2008), a *Cidade de Deus*, escrita por Santo Agostinho no século V, “pode ser considerado o ‘primeiro espelho dos príncipes cristãos’, no qual o Padre exalta a paz, a ordem e a justiça como alicerces da monarquia cristã”. Para Nair de Nazaré Castro Soares (1994, p. 94), “essa obra parece ter contribuído para inspirar os autores e consolidar o gênero através da proposição de que o rei, ao governar, deveria ter comportamento cristão para alcançar bom governo em seu reinado”. A autora observa que essa preocupação já se encontrava em Isócrates, que já “definira os princípios éticos que deveriam orientar a conduta do governante” no tratado *A Nicocles*, considerando-o, assim, “o primeiro deste gênero literário”.

2.2. Os de regimine príncipes da Idade Média

Como assinala Fábio André Hahn (2008), “os *espelhos de príncipes* foram produzidos ao longo de toda a história, porém na Idade Média com os carolíngios, no século IX, adquiriram a forma que lhes conferiu o *status* de gênero literário definido e independente de caráter pedagógico, com tratados de educação de príncipes, agregando no final do medievo, especialmente após o século XIII, características eminentemente políticas, convertendo-se então em verdadeiros tratados político-pedagógicos”.

Dentre as inúmeras obras do gênero que vieram à luz durante esse longo período histórico, costumam-se destacar três: o *Policraticus*, de João de Salisbury (1159), o *De Regimine Principum*, de São Tomás de Aquino (1265-1266) e a obra homônima de Egídio Romano⁷ (1277-1279), sendo que esta última é considerada pela

⁷ Também conhecido por Gil de Roma e Egidio Colonna.

crítica como sendo aquela que dá a conformação definitiva do gênero (MUNIZ, 2005, p. 7).

No *Policraticus* (que significa “manual dos governantes”), João de Salisbury (1115/1120 -1180) sai dos limites dos espelhos de príncipe tradicionais para apresentar, nas palavras de Michel Senellart (2006, p. 138), mais do que um tratado de pura política, uma teoria de governo original, visando, antes de tudo, a um fim ético, como já o antecipa seu subtítulo: *De nugis curialium et vestigiis philosophorum* (“das frivolidades dos cortesãos e das marcas dos filósofos”). Como observa Senellart (*ibidem*), apresentando as “ vaidades da vida da corte, civil ou eclesiástica”, a obra de Salisbury “denuncia a alienação dos que, pautando sua conduta pelos caprichos da fortuna, vivem na mera aparência e no esquecimento de si mesmos, em vez de buscarem cumprir a tarefa que Deus lhe atribuiu na ordem universal”. No entanto, diferentemente dos *specula principis* carolíngios, que opõem “uma moral da ascese e da humildade às tentações do poder”, Salisbury propõe “o modelo filosófico de uma existência orientada pela verdade às ilusões da comédia social” (SEHELLART, p. 139).

No *De regimine principum ad regem Cypri* (ou *De regno*), São Tomás de Aquino (1225-1274) trata, entre outros, “do ofício de rei, sua aplicação e qualidades que requer a realeza de acordo com a autoridade da Sagrada Escritura, o ensino dos filósofos e o exemplo de príncipes dignos de louvor” (SOARES, 1994, p. 71). Valorizando “a permanência da justiça, da ordem e da paz na sociedade”, S. Tomás de Aquino “mostra que os bons governantes não deveriam realizar ações e cumprir deveres somente pela glória, mas, por algo muito maior, o ‘amor à eterna bem-aventurança’” (HAHN, 2008).

A grande influência que a obra de S. Tomás de Aquino teve, como “intérprete fiel da mensagem ético-política aristotélico-ciceroniana e do direito romano, que vai orientar toda a tratadística futura até aos tempos modernos” (SOARES, 1994, p. 95), deve-se também, em grande parte, ao trabalho de seu discípulo Egídio Romano (c. 1243 -1316), que em seu *De regimine principum*, dedicado à formação moral e política

de seu pupilo Filipe, o belo, herdeiro do trono francês, retoma e desenvolve, de maneira clara e completa, as idéias de S. Tomás, como observa Nair Soares (*ibidem*).

Egídio Romano retoma também o ensinamento de Aristóteles, para quem o verdadeiro amigo deve proceder em relação a quem ama da mesma forma que consigo mesmo, aplicando-o a atividade de governar: “quem quer dedicar-se a dirigir os outros deve primeiro saber governar a si próprio”, sendo “racional, portanto, tratar do governo de si antes do da família ou do reino” (SENELLART, p. 195).

Para Michel Sennelart (2006, p. 194), em virtude da sua grande extensão, o livro de Egídio Romano pode ser considerado um verdadeiro tratado, que teve numerosas traduções e que não só “deixou uma marca profunda na tradição das artes de governar” como impôs um modelo de espelho de príncipe que foi seguido pelo menos até o século XVII, fixando “a estrutura, as regras e as convenções a partir das quais” esse gênero iria se desenvolver.

A obra é dividida em três livros, segundo Michel Senellart (2006, p. 194): o primeiro, “consagrado à Ética, mostra como o príncipe deve conduzir-se a si mesmo”, tratando da sua conduta individual, da natureza da sua verdadeira felicidade, da busca e da aquisição das virtudes e do controle das paixões; o segundo, dedicado à Economia, mostra como o príncipe deve governar sua família, tratando das relações com a esposa, filhos e criados; o terceiro, dedicado à Política, mostra como o príncipe deve reger seu reino, discutindo o Estado, suas origens e as condutas apropriadas do governante em tempos de paz e de guerra.

2.3. Os espelhos de príncipe no Renascimento

No primeiro quarto do século XVI foram publicados três livros que, além de sua indiscutível influência no cenário político e na própria concepção de Estado, destinavam-se, em menor ou maior grau, a fornecer conselhos sobre a conduta dos governantes: *O Príncipe*, Nicoló Machiavelli (1513); *Institutio principis Christiani*

(*Educação de um príncipe cristão*), de Erasmo de Roterdã (1516) e *Utopia*, de Thomas More (1516), sendo que este último, como observa Angelo J. Di Salvo (1989, p. 45), não é propriamente um guia, mas contém muitos comentários sobre a função dos príncipes.

Erasmo e Thomas More, seguindo longa tradição ocidental, originada na Grécia antiga, mesclam princípios cristãos com preceitos platônicos, atribuindo importância fundamental à justiça, resultando em uma fórmula que pode ser assim resumida: o príncipe deve ser gentil, independente, frugal, sério, desinteressado dos prazeres mundanos, ponderado, trabalhador, humilde, digno, incorruptível, justo, gracioso, temente a Deus, corajoso e filosófico (Di SALVO, p. 45).

A concepção do príncipe ideal segundo Machiavelli é diametralmente oposta: baseando-se no conceito de *ragion di stato*⁸, ele repudia a importância da moralidade cristã, afirmando, em síntese, que a única preocupação do príncipe deve ser a conquista e a manutenção do poder e da integridade do Estado, a qualquer preço.

Outra obra desse período que merece ser mencionada é *O Cortesão*, de Baldassare Castiglione (1528), cujo Livro Quarto trata do que afirma ser uma das mais importantes funções do cortesão, qual seja, a de atuar como conselheiro particular do príncipe, pondo assim em discussão as qualidades do governante ideal.

2.4. Os *doctrinales de principes* do *siglo de oro* espanhol (1492-1681)

Durante os séculos XVI e XVII, diversos humanistas e religiosos espanhóis dedicaram-se à produção de tratados políticos que seguiam a tradição medieval dos espelhos de príncipe. Tais obras, como assinala Angelo J. Di Salvo (1989, p. 43), eram chamadas, em espanhol, de *guías*, *relojes*, ou *advertencias* e *consejos* para príncipes (*Speculum principis* ou *De regimine principum*, em latim) e eram escritos com a

⁸ Entendida como a busca de objetivos políticos, especialmente a obtenção do poder, por todos os meios necessários, ainda que imorais (“os fins justificam os meios”).

finalidade de fornecer conselhos sobre a arte de governar tanto para um príncipe ou rei em particular (Carlos I, por exemplo), mas também para todos aqueles que pretendessem exercer funções de governo. Muito mais do que simples recomendações de ordem administrativa, continham preceitos políticos, éticos e morais, bem como discussões sobre paz e guerra, exposições sobre princípios de decoro e moderação, meios para combater a corrupção e, especialmente, sobre a prática da teologia cristã e das virtudes cardinais⁹ (Di SALVO, p. 43).

Esses espelhos de príncipe espanhóis foram, em grande medida, produtos dos conflitos sociais, políticos, religiosos e econômicos ocorridos da transição da Idade Média para o Renascimento, mas alguns deles surgiram como uma reação a *O Príncipe*, de Maquiavel e sua *ragion di stato*. Autores de diversas origens dedicaram-se ao gênero, como anota Di Salvo: humanistas, conselheiros, ex-soldados, religiosos e mesmo literatos, como Gracián e Quevedo. Em comum, praticamente todos eles promoviam em primeiro lugar a concepção do príncipe como representante e defensor do catolicismo romano, muitas vezes combinando um modelo de príncipe cristão ideal com conselhos práticos resultantes das experiências pessoais dos autores nos campos de batalha ou na vida cortesã. De forma geral, todos eles defendiam o ideal de um príncipe que incorporasse e refletisse as virtudes cristãs, tornando-o um modelo para seus governados (Di SALVO, p. 44).

Dentre os principais espelhos de príncipe espanhóis publicados durante o chamado *Siglo de Oro*, podemos destacar, *Regimiento de príncipes*, de Gómez Manrique (1478), *Relox de príncipes*, de Fray Antonio de Guevara (1529), *Institución de un rey christiano*, de Felipe de la Torre (1556), *De regno regisque institutione*, de Sebastián Fox Morcillo (1556), *El concejo y consejeros del príncipe*, de Fadrique Furió Ceriol (1559), *Tratado del consejo y de los consejeros de los príncipes*, de Bartolomé Felipe (1584), *Tratado de la religión y virtudes, que debe tener el príncipe cristiano para gobernar y conservar sus Estados*, de Pedro de Ribadeneyra (1595) e *Política para Corregidores y Señores de vasallos...*, de Jerónimo Castillo de Bobadilla (1597).

⁹ Prudência, temperança, fortaleza e justiça.

3. Panorama político e social da Espanha de Cervantes

3.1. Ascensão e queda do império espanhol

Fernando García de Cortázar e José Manuel González Vesga (1994, p. 332-333) assinalam que a vida e a obra de Miguel de Cervantes (1547-1616) situam-se a meio caminho entre os reinados de Felipe II (1556-1598) e Felipe III (1598-1621), o que lhe fez testemunhar tanto a glória e a expansão do império espanhol como os achaques da sua decadência. Munido de uma ironia sutil, Cervantes expressou melhor que ninguém a angustiante percepção da crise espanhola e o indesejável retorno a valores do passado, fato que ele atribuiria, em *Dom Quixote*, à ação dos duques, curas e bacharéis (ou seja, à nobreza, à igreja e aos funcionários burocratas).

Para os citados autores, enquanto caminha pelas terras espanholas, o Cavaleiro da Triste Figura descobre o doloroso conflito entre a realidade e a farsa no ambiente enevoado da decadência, enquanto que como Alonso Quijano representa a luta afirmativa do indivíduo contra uma sociedade hostil, opressiva e alienante. Dom Quixote cria então seu próprio mundo-refúgio, afastado do mundo real, por ser este agressivo, cruel e corrupto: nasce assim a profunda humanidade desse herói.

Apresentando um panorama da sociedade imperial espanhola do final do século XVI, García de Cortázar e González Vesga (1994) observam que, “medieval e moderna ao mesmo tempo”, trata-se de “uma sociedade em trânsito, herdeira da estrita separação dos homens segundo a origem e nascimento e precursora de grupos mais heterogêneos com o dinheiro como pauta. Profundamente injusta e desigual, as arremetidas da crise econômica e da guerra reduziram as camadas privilegiadas, enquanto os marginalizados se amontoavam nas casas de caridade e nas dependências religiosas para sobreviver”. No entanto, prosseguem, “a despeito da pobreza, a segunda metade do século XVI assiste à eclosão do mundo barroco com seu culto à pompa e à aparência exterior, o que reforçaria as tensões sociais”.

E elencam uma série de fatores que contribuíram para a decadência do império espanhol: “a amargura pelos fracassos militares, o ocaso da liberdade de pensamento, a fome, o aumento da delinquência, a hipertrofia burocrática e religiosa, a obsessiva atenção à limpeza de sangue ou à honra, atormentaram uma sociedade viva cem anos antes”.

3.2. O episódio da insula Barataria

Nesse contexto, o episódio da ínsula Barataria, de acordo com García de Cortázar e González Vesga, pode ser visto não apenas como uma sátira aos governantes em geral, mas também como uma sátira de Cervantes à situação dos nobres desde a subida ao poder dos Reis Católicos (Isabel de Castela e Fernando de Aragão), os quais cuidaram de afastar a alta nobreza do governo direto do país, no que foram seguidos por seus sucessores Carlos I e Felipe II. Tais nobres viram-se assim forçados a recolher-se a seus *estados* (domínios), onde tinham poder quase absoluto e onde permaneceram isolados até meados do século XVII, quando a crise da monarquia permitiu que voltassem a integrar-se gradativamente ao governo central.

Luis R. Corteguera (2005, p. 133/135), analisando o episódio da ínsula Barataria, entende que Cervantes seguia a tradição que pregava que os bons governantes deveriam governar, acima de tudo, segundo princípios éticos e que a prática da virtude poderia transformar até mesmo um camponês ignorante como Sancho Pança em um governador justo e sábio, enquanto que a prática de vícios “derrubou o rei Rodrigo e mesmo o sábio rei Salomão”. Citando Augustín Redondo, Corteguera sugere que Cervantes – que tantos problemas teve em sua vida com o governo e a justiça espanhóis - talvez quisesse dizer que para ser um bom governador ou juiz o mais importante seria comportar-se como um verdadeiro cristão e não como um grande letrado ou capitão: o governante perfeito seria assim aquele que tem a lei de Jesus impressa em seu coração, ou seja, um governante como o preconizado por Erasmo no *Institutio principis christiani*. E, a propósito, é o próprio Sancho Pança quem afirma: “– Letras – respondió Sancho –, pocas tengo, porque aún no sé el abecé; pero

bástame tener el *Christus* en la memoria para ser buen gobernador” (CERVANTES, 2004, p. 867).

Luis R. Corteguera (2008, p. 135) observa ainda, com José Nieto, que a verdade interior do episódio da ínsula residiria em certa defesa radical de uma utopia democrática baseada na abolição dos títulos de nobreza e na separação entre Igreja e Estado, conclusão esta que se aproximaria à de José Antonio Maravall, para quem o governo de Sancho Pança em Baratária revelaria o ideal cervantino de um governo racional (“*la utopia de la razón en estado natural*”), baseado no senso comum e na sabedoria natural, que até mesmo um lavrador poderia possuir.

A apresentação do episódio em uma chave eminentemente cômica não significa que o assunto não merecesse alta consideração de Cervantes. Ao contrário, pois segundo afirma Mikhail Bakhtin (apud CORTEGUERA, p. 134) o riso, durante o Renascimento, tinha também um sentido profundamente filosófico e constituía uma das formas essenciais da verdade. Assim, ao fazer seus leitores rirem do governador Sancho Pança, Cervantes tinha também a clara intenção de fazê-los pensar na natureza dos bons governantes e do bom governo (CORTEGUERA, p. 135).

Na época de Cervantes um intenso debate se travava entre a antiga concepção de que “governar é julgar” e a concepção, que então surgia, de que “governar é administrar” (Angel RODRIGUÉZ SANCHÉZ, apud CORTEGUERA, p. 136). Discutiam filósofos e pensadores políticos sobre os méritos da chamada “razão de Estado”, concepção realista da política inspirada nas idéias de autores como o historiador romano Tácito e Nicolau Maquiavel e então defendida por nomes como o italiano Giovanni Botero (autor de *Della ragion di Stato*) ou o espanhol Baltasar Álamos de Barrientos, contemporâneo de Cervantes. Em contrapartida, ferrenhos opositores da “razão de Estado”, como Pedro de Ribadeneira e Francisco de Quevedo, condenavam-na como uma ambição desmesurada pelo poder, sem nenhuma consideração pelas leis morais ou pela doutrina católica, primordiais para o bom governante (CORTEGUERA, p. 136). Não por acaso Cervantes coloca expressamente a “razão de Estado” e os

modos de governo como dos principais objetos das animadas discussões que Dom Quixote trava com o cura e o barbeiro, logo no início da segunda parte do romance (*ibidem*).

O disparatado desejo de Sancho Pança de tornar-se governador teria sido, portanto, utilizado por Cervantes tanto para criticar a “razão de Estado” amoral, como para enfatizar as qualidades éticas dos bons governantes. Assim, ao mesmo tempo que ridiculariza os lavradores ignorantes, sequiosos por honra e poder, reconhece que alguns deles poderiam eventualmente revelar-se justos e sábios governantes, idéia que ia frontalmente contra a opinião dominante, já que os lavradores eram tidos por rústicos e analfabetos. Contra os camponeses pesavam ainda a origem humilde, os modos toscos, a aparência física descuidada e especialmente a falta de educação formal, pois acreditava-se que o bem governar exigia conhecimentos oriundos de muitos anos de estudo coroados por uma titulação universitária, além de um bom tempo de experiência profissional, adquirida em instituições como os tribunais de justiça, a igreja ou o exército (CORTEGUERA, p. 137-140).

O autor assinala ainda que o episódio da ilha Baratária também tinha o objetivo de criticar os denominados “arbitristas”, termo pelo qual eram conhecidos os reformadores políticos que se propunham a encontrar soluções (os arbítrios) – algumas das quais disparatadas ou ridículas - para os graves problemas já então enfrentados pela monarquia espanhola. Deve ser por isso que Sancho Pança preocupa-se em propor grandes reformas na ínsula, tanto que, ao final de seu curtíssimo governo, deixa como legado político várias leis sobre assuntos diversos, conhecidas como “Las constituciones del gran gobernador Sancho Panza”, as quais foram “tan buenas que hasta hoy se guardan en aquel lugar” (CERVANTES, 2004, p. 946).

No episódio da ínsula também estaria presente uma sátira expressa àqueles governantes que, apesar de cultos e letrados, revelam-se absolutamente inábeis no exercício do cargo. Tanto assim que Sancho, instado pela Duquesa a levar consigo seu burrico para a ínsula, responde-lhe brincando que “yo he visto ir más de dos asnos a los

gobiernos, y que llevase yo el mío no sería cosa nueva” (CERVANTES, 2004, p. 813). Anteriormente Sancho dissera à Duquesa já ter havido pobres lavradores que chegaram a reis: “y que de entre los bueyes, arados y coyundas sacaron al labrador Bamba para ser rey de España, y de entre los brocados, pasatiempos y riquezas sacaron a Rodrigo para ser comido de culebras” (CERVANTES, 2004, p. 809). Por outro lado, Dom Quixote diz a Sancho que “ya por muchas experiencias sabemos que no es menester ni mucha habilidad ni muchas letras para ser uno gobernador, pues hay por ahí ciento que apenas saber leer, y gobiernan como unos gerifaltes; el toque está en que tengan buena intención y deseen acertar en todo” (CERVANTES, 2004, p. 803).

E a afirmação de Dom Quixote acaba por mostrar-se verdadeira, sendo que o próprio mordomo do governador Sancho Pança, apesar de plenamente consciente da farsa que é o seu governo, acaba reconhecendo a sua capacidade de governar:

“–Dice tanto vuesa merced, señor gobernador –dijo el mayordomo–, que estoy admirado de ver que un hombre tan sin letras como vuesa merced, que, a lo que creo, no tiene ninguna, diga tales y tantas cosas llenas de sentencias y de avisos, tan fuera de todo aquello que del ingenio de vuesa merced esperaban los que nos enviaron y los que aquí venimos. Cada día se veen cosas nuevas en el mundo: las burlas se vuelven en veras y los burladores se hallan burlados”(CERVANTES, 2004, p. 919).

4. Os conselhos de Dom Quixote a Sancho Pança

“Si estos preceptos y estas reglas sigues, Sancho, serán luengos tus días, tu fama será eterna, tus premios colmados, tu felicidad indecible, casarás tus hijos como quisieres, títulos tendrán ellos y tus nietos, vivirás en paz y beneplácito de las gentes, y en los últimos pasos de la vida te alcanzará el de la muerte, en vejez suave y madura, y cerrarán tus ojos las tiernas y delicadas manos de tus terceros netezuelos” (CERVANTES, 2004, p. 870).

4.1. Visão geral

“–Infinitas gracias doy al cielo, Sancho amigo, de que, antes y primero que yo haya encontrado com alguna buena dicha, te haya salido a ti a recibir y a encontrar la buena ventura. Yo, que en mi buena suerte te tenía librada la paga de tus servicios, me veo en los principios de aventajarme, y tú, antes de tiempo, contra la ley del razonable discurso, te vees premiado de tus deseos. Otros cohechan, importunan, solicitan, madrugan, ruegan, porfían, y no alcanzan lo que pretenden; y llega otro, y sin saber cómo ni cómo no, se halla con el cargo y oficio que otros muchos pretendieron; y aquí entra y encaja bien el decir que hay buena y mala fortuna en las pretensiones. Tú, que para mí, sin duda alguna, eres un porro, sin madrugar ni trasnochar y sin hacer diligencia alguna, con solo el aliento que te ha tocado de la andante caballería, sin más ni más te vees gobernador de una ínsula, como quien no dice nada. Todo esto digo, ¡oh Sancho!, para que no atribuyas a tus merecimientos la merced recibida, sino que des gracias al cielo, que dispone suavemente las cosas, y después lãs darás a la grandeza que en sí encierra la profesión de la caballería andante. Dispuesto, pues, el corazón a creer lo que te he dicho, está, ¡oh hijo!, atento a este tu Catón¹⁰, que quiere aconsejarte y ser norte y guía que te encamine y saque a seguro puerto deste mar proceloso donde vas a engolfarte; que los oficios y grandes cargos no son otra cosa sino un golfo profundo de confusiones” (CERVANTES, 2004, p. 867-868).

Os conselhos de Dom Quixote a Sancho Pança podem ser divididos em dois grandes grupos (seguindo aproximadamente a estrutura de *El concejo y consejeros del príncipe*, de Fadrique Furió Ceriol): o primeiro, que aparece no capítulo XLII da Parte II de *Dom Quixote da la Mancha*, trata da arte de bem governar em sentido estrito (o

¹⁰ Referência a *Castigos y ejemplos de Catón*, obra anônima da segunda metade do século XIII, contendo uma compilação de sentenças morais atribuídas ao orador romano Catão e muito utilizada na alfabetização das crianças (cf. CERVANTES, 2004, p. 867, nota 18).

governo “da alma”), enquanto que o segundo, que aparece no capítulo LXIII, trata dos conselhos relativos aos cuidados com a aparência pessoal e com a administração da própria casa (o governo “do corpo”).

Os conselhos sobre o exercício do governo são inspirados principalmente, como já se disse, na extensa linhagem dos “espelhos de príncipe”, que remonta à Antiguidade Clássica, enquanto que os conselhos sobre os cuidados com a aparência e o comportamento pessoal são inspirados também por tratados sobre comportamento social, como, por exemplo, *O Cortesão*, de Baldassare Castiglione.

Como bem assinala Valéria Tini (2006, p. 95), o aconselhamento que Dom Quixote faz a Sancho Pança tem dupla função: a primeira é a de socorrer seu escudeiro em razão do sentimento de proteção que lhe devota; a segunda é que a má fama eventualmente obtida por Sancho - caso desempenhasse mal sua função - poderia respingar diretamente nele, Dom Quixote, atingindo sua honra e sua reputação.

Dom Quixote revela extremas discrição e discernimento ao reconhecer a necessidade de aconselhar seu escudeiro e escolher o melhor momento para fazê-lo. Os conselhos que lhe dá “são legítimos representantes da prudência e discrição do cavaleiro aplicados a uma situação concreta”, fazendo dele “quase um indivíduo perfeito”, demonstrando “ser capaz de unir os preceitos morais aos padrões, comportamentos e práticas sociais” (TINI, p. 96).

E tanto é assim que os próprios Duques, ao lerem os conselhos de Dom Quixote, ficaram perplexos com a sua discrição: “en acabando de comer don Quijote, el día que dio los consejos a Sancho, aquella tarde se los dio escritos, para que él buscase quien se los leyese; pero apenas se los hubo dado, cuando se le cayeron y vinieron a manos del duque, que los comunicó com la duquesa, y los dos se admiraron de nuevo de la locura y del ingenio de don Quijote;” (CERVANTES, 2004, p. 878)

4.2. Conselhos sobre o governo “da alma”

4.2.1. Da reverência a Deus

“Primeramente, ¡oh hijo!, has de temer a Dios, porque en el temerle está la sabiduría, y siendo sábio no podrás errar en nada” (CERVANTES; 2004, p. 868)

O temor a Deus é o fundamento básico da teoria de aconselhamento dos príncipes cristãos, que subordina a política à religião e prega a adoção incondicional da moral católica, cujos princípios colocam Deus e a Igreja acima de tudo (TINI, p. 97). Nesse sentido, o mando sobre os súditos deve subordinar-se à obediência a princípios morais e sagrados, ou seja, governar é, também, obedecer.

4.2.2. Do autoconhecimento (o “conhece-te a ti mesmo”)

“Lo segundo, has de poner los ojos en quien eres, procurando conocerte a ti mismo, que es el más difícil conocimiento que puede imaginarse. Del conocerte saldrá el no hincharte como la rana que quiso igualarse con el buey, que si esto haces, vendrá a ser feos pies de la rueda de tu locura la consideración de haber guardado puercos en tu tierra.

–Así es la verdad –respondió Sancho–, pero fue cuando muchacho; pero después, algo hombrecillo, gansos fueron los que guardé, que no puercos; pero esto paréceme a mí que no hace al caso, que no todos los que gobiernan vienen de casta de reyes.

–Así es verdad –replicó don Quijote–, por lo cual los no de principios nobles deben acompañar la gravedad del cargo que ejercitan con una blanda suavidad que, guiada por la prudencia, los libre de la murmuración maliciosa, de quien no hay estado que se escape” (CERVANTES, 2004, p. 868).

Esse conselho, como bem aponta Horacio Chong Rivero (2009, p. 159) filia-se à longa tradição socrática do *nosce te ipsum*, tema recorrente nos erasmistas, místicos, ascetas, filósofos e conselheiros políticos. O que é interessante observar é que Sancho irá atingir esse conhecimento de si mesmo apenas por ocasião de sua abdicação ao governo da ínsula, causada por mais uma burla cruel dos duques, a qual o leva a um profundo desengano. Nesse sentido, sua aparente derrota política pode ser vista como uma vitória pessoal, já que conduz à sua elevação como indivíduo, como se pode extrair das palavras de despedida que dirige à sua “corte” (e que são também uma “comovente defesa de sua identidade”, como diz Rivero):

“—Abrid camino, señores míos, y dejadme volver a mi antigua libertad; dejadme que vaya a buscar la vida pasada, para que me resucite de esta muerte presente. Yo no nací para ser gobernador, ni para defender ínsulas ni ciudades de los enemigos que quisieren acometerlas. Mejor se me entiende a mí de arar y cavar, podar y ensarmentar las viñas, que de dar leyes ni de defender provincias ni reinos. Bien se está San Pedro en Roma: quiero decir, que bien se está cada uno usando el oficio para que fue nacido. Mejor me está a mí una hoz en la mano que un cetro de gobernador; más quiero hartarme de gazpachos que estar sujeto a la miseria de un médico impertinente que me mate de hambre; y más quiero recostarme a la sombra de una encina en el verano y arroparme con un zamarro de dos pelos en el invierno, en mi libertad, que acostarme con la sujeción del gobierno entre sábanas de Holanda y vestirme de martas cebollinas. Vuestras mercedes se queden con Dios, y digan al duque mi señor que, desnudo nací, desnudo me hallo: ni pierdo ni gano; quiero decir, que sin blanca entré en este gobierno y sin ella salgo, bien al revés de como suelen salir los gobernadores de otras ínsulas.” (CERVANTES, 2004, p. 955).

Ao deixar o governo da insula sem levar consigo qualquer riqueza ou ganho material, Sancho encerra a farsa carnavalesca e dá também um grande exemplo de humildade, uma das virtudes cristãs exaltadas pelos autores dos espelhos de príncipe.

4.2.3. Da humildade

“Haz gala, Sancho, de la humildad de tu linaje, y no te desprecies de decir que vienes de labradores; porque, viendo que no te corres, ninguno se pondrá a correrte; y préciate más de ser humilde virtuoso que pecador soberbio. Innumerables son aquellos que, de baja estirpe nacidos, han subido a la suma dignidad pontificia e imperatoria; y desta verdad te pudiera traer tantos ejemplos, que te cansaran” (CERVANTES, 2004, p. 868)

Logo ao assumir o governo da ínsula, Sancho tem a oportunidade de pôr em prática esse conselho, quando toma conhecimento de uma inscrição feita em sua homenagem, na qual é tratado por “Dom”:

“— Y ¿a quién llaman don Sancho Panza? (...) Pues advertid, hermano — dijo Sancho —, que yo no tengo don, ni en todo mi linaje le ha habido: Sancho Panza me llaman a secas, y Sancho se llamó mi padre, y Sancho mi agüelo, y todos fueron Panzas, sin añadiduras de dones ni donas;” (CERVANTES, 2004, p. 888-889)

Algum tempo depois, porém, em uma carta em que envia a Sancho com novas recomendações, Dom Quixote adverte-lhe contra o excesso de humildade, o qual não seria compatível com o exercício do seu cargo:

“Dícenme que gobiernas como si fueses hombre, y que eres hombre como si fueses bestia, según es la humildad con que te tratas; y quiero que adviertas, Sancho, que muchas veces conviene y es necesario, por la autoridad del oficio, ir contra la humildad del corazón; porque el buen adorno de la persona que está puesta en graves cargos ha de ser conforme a lo que ellos piden, y no a la medida de lo que su humilde condición le inclina” (CERVANTES, 2004, p. 941).

4.2.4. Da virtude

“Mira, Sancho: si tomas por medio a la virtud, y te precias de hacer hechos virtuosos, no hay para qué tener envidia a los que los tienen [de] príncipes y señores, porque la sangre se hereda y la virtud se aquista, y la virtud vale por sí sola lo que la sangre no vale”. (CERVANTES, 2004, p. 868).

Como se vê, Dom Quixote desvincula o exercício do poder da condição de nobreza do governante, afirmando que o caráter virtuoso é mais importante do que a linhagem do indivíduo, razão pela qual um governante de linhagem humilde poderá vir a ser tão bom ou melhor do que aquele que tem origem nobre (TINI, 2006, p. 98).

4.2.5. Do tratamento adequado aos parentes e da esposa

“Siendo esto así, como lo es, que si acaso viniere a verte cuando estés en tu ínsula alguno de tus parientes, no le deseches ni le afrentes; antes le has de acoger, agasajar y regalar, que con esto satisfacerás al cielo, que gusta que nadie se desprecie de lo que él hizo, y corresponderás a lo que debes a la naturaleza bien concertada”.

“Si trujeres a tu mujer contigo (porque no es bien que los que asisten a gobiernos de mucho tiempo estén sin las propias), enséñala, doctrínala y desbástala de su natural rudeza, porque todo lo que suele adquirir un gobernador discreto suele perder y derramar una mujer rústica y tonta. Si acaso enviudares, cosa que puede suceder, y con el cargo mejorares de consorte, no la tomes tal, que te sirva de anzuelo y de caña de pescar, y del no quiero de tu capilla, porque en verdad te digo que de todo aquello que la mujer del juez recibiere ha de dar cuenta el marido en la residencia universal, donde pagará con el cuatro tanto en la muerte las partidas de que no se hubiere hecho cargo en la vida” (CERVANTES, 2004, p. 869).

Verificamos aqui, inicialmente, que Dom Quixote reitera “a subalternidade da política em relação à religião”, pois o governante, antes de mais nada, “deve praticar ações que agradem a Deus” (TINI, 2006, p. 98). Por essa razão, não deve o governante desprezar seus parentes, mas tratá-los com toda a consideração.

Em relação à esposa, o conselheiro afirma que a sua companhia é necessária para o governante, mas que ela deve estar à sua altura, ou seja, deverá, se for o caso, ser educada para tornar-se tão discreta quanto ele, sob pena de prejudicar a sua atividade. Em seguida, fazendo a combinação de dois refrões¹¹, Dom Quixote adverte contra a prática da corrupção pelo governador utilizando a esposa como intermediária, dizendo que aquele que a fizer pagará em quádruplo no dia do juízo final¹².

4.2.6. Da não arbitrariedade, da compaixão e da imparcialidade

“Nunca te guíes por la ley del encaje, que suele tener mucha cabida con los ignorantes que presumen de agudos. Hallen en ti más compasión las lágrimas del pobre, pero no más justicia, que las informaciones del rico. Procura descubrir la verdad por entre las promesas y dádivas del rico, como por entre los sollozos e importunidades del pobre” (CERVANTES, 2004, p. 869).

Aplicar a *lei del encaje* seria “resolver uma demanda de forma arbitrária, aproveitando-se de uma situação de superioridade hierárquica, o que seria uma prática própria de ignorantes” (TINI, 2006, p. 98). Dom Quixote também alerta para a necessidade do julgamento imparcial e impessoal das demandas, ou seja, buscando descobrir a verdade sem levar em consideração a condição pessoal das partes envolvidas.

4.2.7. Do emprego da equidade, da misericórdia e da clemência

¹¹ “Ni el anzuelo ni la caña, mas el cebo que las engana” e “no quiero, no quiero, mas echádmelo en la capilla”, que significam “não utilize sua mulher para que receba os benefícios que você finge rejeitar”.

¹² “Residencia universal” refere-se a “juicio de residencia”, que era a investigação que sofriam os ocupantes de cargos públicos para verificar se haviam ou não agido ilegalmente durante o seu exercício.

“Cuando pudiere y debiere tener lugar la equidad, no cargues todo el rigor de la ley al delincuente, que no es mejor la fama del juez riguroso que la del compasivo”.

“Si acaso doblares la vara de la justicia, no sea con el peso de la dádiva, sino con el de la misericordia.

(...)

Al culpado que cayere debajo de tu jurisdicción considérale hombre miserable, sujeto a las condiciones de la depravada naturaleza nuestra, y en todo cuanto fuere de tu parte, sin hacer agravio a la contraria, muéstratele piadoso y clemente, porque, aunque los atributos de Dios todos son iguales, más resplandece y campea a nuestro ver el de la misericordia que el de la justicia” (CERVANTES, 2004, p. 869).

Logo no início de seu governo, Sancho teve oportunidade de seguir à risca tal conselho (do qual, aliás, era um dos que se lembrava claramente), aplicando a misericórdia:

“(...) se me vino a la memoria un precepto, entre otros muchos que me dió mi amo don Quijote la noche antes que viniese a ser gobernador desta ínsula: que fue que, quando la justicia estuviere en duda, me decantase y acogiese a la misericordia; y ha querido Dios que agora se me acordase, por venir en este caso como de molde” (CERVANTES, 2004, p. 940).

Trata-se do caso da travessia da ponte, para a qual o viajante devia dizer aonde pretendia ir, sendo enforcado se dizia uma mentira ou liberado se dizia a verdade. Tendo um homem dito que seria enforcado após atravessar a ponte, criou-se um paradoxo e o caso foi levado ao julgamento de Sancho, que o resolveu da seguinte forma:

“–Venid acá, señor buen hombre –respondió Sancho–; este pasajero que decís, o yo soy un porro, o él tiene la misma razón para morir que para vivir y pasar la puente; porque si la verdad le salva, la mentira le condena igualmente; y, siendo esto así, como lo es, soy de parecer que digáis a esos señores que a mí os enviaron que, pues están en un fil las razones de condenarle o asolverle, que le dejen pasar libremente, pues siempre es alabado más el hacer bien que mal, y esto lo diera firmado de mi nombre, si supiera firmar” (CERVANTES, 2004, p. 940).

4.2.8. Da isenção e do tratamento isonômico das demandas

“Cuando te sucediere juzgar algún pleito de algún tu enemigo, aparta las mientes de tu injuria y ponlas en la verdad del caso. No te ciegue la

pasión propia en la causa ajena, que los yerros que en ella hicieres, las más veces, serán sin remedio; y si le tuvieren, será a costa de tu crédito, y aun de tu hacienda. Si alguna mujer hermosa veniere a pedirte justicia, quita los ojos de sus lágrimas y tus oídos de sus gemidos, y considera de espacio la sustancia de lo que pide, si no quieres que se anegue tu razón en su llanto y tu bondad en sus suspiros” (CERVANTES, 2004, p. 870) .

Dom Quixote refere-se aqui à isenção que deve ter o governante quando tiver que julgar algum inimigo ou, de forma mais ampla, quando julgar qualquer demanda, devendo agir com base nos fatos e nos argumentos das partes, tratando-as de forma isonômica, sem levar em consideração as suas condições sociais ou econômicas, retomando a ideia da “justiça cega” (“quita los ojos de sus lagrimas y tus oídos de sus gemidos, y considera de espacio la sustância de que lo que pide”).

4.2.9. Da moderação e da justa medida na aplicação das penas

”Al que has de castigar con obras no trates mal con palabras, pues le basta al desdichado la pena del suplicio, sin la añadidura de las malas razones” (CERVANTES, 2004, p. 870).

Dom Quixote volta aqui ao tema da equidade e da justa medida, agora preconizando a aplicação de penas justas aos condenados, evitando-se os excessos, especialmente verbais.

4.2.10. Da benevolência

”Para ganar la voluntad del pueblo que gobiernas, entre otras has de hacer dos cosas: la una, ser bien criado con todos, aunque esto ya otra vez te lo he dicho; y la otra, procurar la abundancia de los mantenimientos; que no hay cosa que más fatigue el corazón de los pobres que la hambre y la carestia” (CERVANTES, 2004, p. 941)

Este conselho, que se encontra na carta que Dom Quixote envia a Sancho após tomar conhecimento das primeiras ações de seu governo, é também seguido à risca, tanto que Sancho fica conhecido como “flor y espejo de todos los insulanos gobernadores” (CERVANTES, p. 953), em virtude de seu “modo suave de gobernar”, nas palavras do mestre-sala:

“– Por cierto, señor gobernador –dijo el maestresala–, que vuesa merced tiene mucha razón en cuanto ha dicho, y que yo ofrezco en nombre de todos los insulanos desta ínsula que han de servir a vuestra merced con toda puntualidad, amor y benevolencia, porque el suave modo de gobernar que en estos principios vuesa merced ha dado no les da lugar de hacer ni de pensar cosa que en deservicio de vuesa merced redunde” (CERVANTES, p. 918).

4.2.11. Da aplicação da justiça (premiação das virtudes e punição dos vícios)

“Sé padre de las virtudes y padrastro de los vicios. No seas siempre riguroso, ni siempre blando, y escoge el medio entre estos dos extremos, que en esto está el punto de la discreción. Visita las cárceles, las carnicerías y las plazas, que la presencia del gobernador en lugares tales es de mucha importancia: consuela a los presos, que esperan la brevedad de su despacho; es coco a los carniceros, que por entonces igualan los pesos¹³, y es espantajo a las plazerías¹⁴, por la misma razón.” (CERVANTES, 2004, p. 942).

Este conselho também se encontra na carta de Dom Quixote, mas Sancho já o tinha aplicado antes mesmo de recebê-la, uma vez que resolvera fazer a ronda de seus domínios, para livrá-los da imundície e da corrupção, como afirmou ao seu mordomo:

“(…) y, en siendo hora, vamos a rondar, que es mi intención limpiar esta ínsula de todo género de inmundicia y de gente vagamunda, holgazanes, y mal entretenida; porque quiero que sepáis, amigos, que la gente baldía y perezosa es en la república lo mesmo que los zánganos en las colmenas, que se comen la miel que las trabajadoras abejas hacen. Pienso favorecer a los labradores, guardar sus preeminencias a los hidalgos, premiar los virtuosos y, sobre todo, tener respeto a la religión y a la honra de los religiosos” (CERVANTES, 2004, p. 919).

E posteriormente, ao responder a carta de Dom Quixote, Sancho presta-lhe contas dessas suas rondas, mostrando como vinha aplicando a justiça :

“Yo visito las plazas, como vuestra merced me lo aconseja, y ayer hallé una tendera que vendía avellanas nuevas, y averigüé que había mezclado con una hanega de avellanas nuevas otra de viejas, vanas y podridas; apliquélas todas para los niños de la doctrina, que las sabrían

¹³ Assusta os açougueiros, que corrigem suas balanças adulteradas.

¹⁴ Vendedoras dos mercados.

bien distinguir, y sentenciéla que por quince días no entrase en la plaza. Hanme dicho que lo hice valerosamente;" (CERVANTES, 2004, p. 944)

Em outro momento, Sancho, chamado a intervir em uma briga entre freqüentadores de uma casa de jogo, na qual um mirão¹⁵ encrenqueiro exige de um jogador o pagamento de propina por ter-lhe ajudado a ganhar, expressa sua intenção de acabar com esse vício: "Ahora, yo podré poco, o quitaré estas casas de juego, que a mí se me trasluce que son muy perjudiciales (CERVANTES, 2004, p. 921).

4.3. Conselhos sobre o governo do corpo (sobre a aparência pessoal e o comportamento social)

"Esto que hasta aquí te he dicho son documentos que han de adornar tu alma; escucha ahora los que han de servir para adorno del cuerpo" (CERVANTES, 2004, p. 870).

Trata-se agora de recomendações sobre a conduta pessoal do governante que, em sua maior parte, encontram-se em quase todos os espelhos de príncipe espanhóis dos séculos XVI e XVII, como assinala Donald Bleznick (1957, p. 64), para quem tais comentários sobre boas maneiras à mesa, vestimentas, maneiras de andar e de falar, como cavalgar, dentre outras, eram feitos com extrema seriedade por aqueles homens que assumiam a tarefa de aconselhar o príncipe sobre o seu comportamento público.

4.3.1. Do asseio pessoal

"—En lo que toca a cómo has de gobernar tu persona y casa, Sancho, lo primero que te encargo es que seas limpio, y que te cortes las uñas, sin dejarlas crecer, como algunos hacen, a quien su ignorância les ha dado a entender que las uñas largas les hermocean las manos, como si aquel escremento y añadidura que se dejan de cortar fuese uña, siendo antes garras de cernícalo lagartijero: puerco y extraordinario abuso" (CERVANTES, 2004, p. 871).

A limpeza e o asseio pessoal revelam, antes de mais nada, o cuidado da pessoa consigo mesma, o que era considerado como condição prévia para o exercício

¹⁵ Segundo o dicionário Houaiss, seria o "indivíduo que observa um jogo sem participar".

do governo, já que aquele que não consegue governar sequer o próprio corpo, dificilmente conseguirá governar o estado.

4.3.2. Do vestuário

“No andes, Sancho, desceñido y flojo, que el vestido descompuesto da indicios de ánimo desmazelado, si ya la descompostura y flojedad no cae debajo de socarronería, como se juzgó en la de Julio César. Toma con discreción el pulso a lo que pudiere valer tu oficio, y si sufiere que des librea a tus criados, dásela honesta y provechosa más que vistosa y bizarra, y repártela entre tus criados y los pobres: quiero decir que si has de vestir seis pajes, viste tres y otros tres pobres, y así tendrás pajes para el cielo y para el suelo; y este nuevo modo de dar librea no la alcanzan los vanagloriosos” (CERVANTES, 2004, p. 871).

“Tu vestido será calza entera, ropilla larga, herreruelo un poco más largo; greguescos, ni por pienso, que no les están bien ni a los caballeros ni a los gobernadores” (CERVANTES, 2004, p. 873).

Dom Quixote dá grande importância ao uso das vestimentas adequadas, tanto que volta a insistir nesse conselho mais tarde, em sua carta a Sancho Pança:

“Vístete bien, que un palo compuesto no parece palo. No digo que traigas dijes ni galas, ni que siendo juez te vistas como soldado, sino que te adornes con el hábito que tu oficio requiere, con tal que sea limpio y bien compuesto” (CERVANTES, 2004, p. 941).

Sancho parece não levar muito a sério essa recomendação, pois quando o duque, ao anunciar os preparativos para a sua partida para a ínsula, determina que se lhe dêem trajes adequados (“Vos, Sancho, iréis vestido parte de letrado y parte de capitán, porque en la ínsula que os doy tanto son menester las armas como las letras, y las letras como las armas”), replica bruscamente: “– Vístanme como quisieren, que de cualquier manera que vaya vestido seré Sancho Panza”. Acaba cedendo, porém, e parte para a ínsula vestido “como um letrado”:

“Salió, en fin, Sancho, acompañado de mucha gente, vestido a lo letrado, y encima un gabán muy ancho de chamelote de aguas leonado, con una montera de lo mesmo, sobre un macho a la jineta, y detrás dél, por orden del duque, iba el rucio con jaeces y ornamentos jumentiles de seda y flamantes. Volvía Sancho la cabeza de cuando en cuando a

mirar a su asno, con cuya compañía iba tan contento que no se trocara con el emperador de Alemaña” (CERVANTES, 2004, p. 879) .

4.3.3. Da alimentação adequada

“No comas ajos ni cebollas, porque no saquen por el olor tu villanería. Anda despacio; (...) Come poco y cena más poco, que la salud de todo el cuerpo se fragua en la oficina del estómago” (p. 872).

Este é um conselho extremamente difícil para Sancho seguir, uma vez que sabemos tratar-se de um glutão, dotado de apetite extremamente voraz e propenso a exageros gastronômicos.

Assim, em mais uma das burlas preparadas para Sancho na ínsula, aparece a figura do Dr. Pedro Recio de Agüero, suposto médico cuja alegada função é a de zelar pela saúde do governador, assistindo às suas refeições munido de uma varinha, com a qual tocava os alimentos considerados nocivos, os quais eram rapidamente retirados pelos pajens. Depois de vetar todos os saborosos pratos oferecidos a Sancho, autoriza que este coma apenas “um ciento de cañutillos de suplicaciones y unas tajadicas sutiles de carne de membrillo, que le asienten el estómago y le ayuden a la digestión”¹⁶, o que leva Sancho ao desespero, ameaçando quebrar uma cadeira na cabeça do médico, caso este não desapareça de sua frente.

Tal falso doutor, que chega a citar Hipócrates erroneamente, com efeito cômico¹⁷, pode ser visto como uma sátira de Cervantes a determinados médicos da época. De fato, Donald Bleznick (1957, p. 63) observa que a importância da dieta era uma obsessão para muitos autores de espelhos de príncipe espanhóis do *Siglo de Oro*, como Felipe de la Torre, Sebastián Fox Morcillo e Juan de Torres, que interpretando as

¹⁶ “um cento de canudos de hóstia e umas finas fatiazinhas de marmelada que lhe assentem o estômago e facilitem a digestão” (CERVANTES, 2010, p. 494);

¹⁷ “Porque nuestro maestro Hipócrates, norte y luz de la medicina, em um aforismo suyo dice: ‘Omnis saturatio mala, perdices autem pessima’. Quiere decir: ‘Toda hartazga es mala, pero la de las perdices malíssima’” (CERVANTES, 2004, p. 901). A citação correta seria com “panis” (pão) em lugar de “perdices” (perdizes), como aponta Sérgio Molina (CERVANTES, 2010, p. 493).

recomendações de Hipócrates, Aristóteles, Galeno e Avicena, procuravam separar os componentes dos alimentos em seus elementos básicos e recomendá-los ou proibí-los conforme o “equilíbrio humoral” das pessoas.

4.3.4. Da moderação ao beber

“Sé templado en el beber, considerando que el vino demasiado ni guarda secreto ni cumple palabra” (CERVANTES, 2004, p. 872).

Donald Bleznick (p. 63) anota que a preocupação com o consumo excessivo de vinho era recorrente nos espelhos de príncipe espanhóis dos séculos XVI e XVII, não apenas em razão da embriaguez e do comportamento indiscreto que gera, mas também por causa de outros efeitos nocivos à saúde. É bastante provável que Cervantes conhecesse um famoso tratado sobre nutrição (*Vergel de sanidad*, escrito em 1542 por Luis Lobera de Ávila, médico discípulo da escola galênica), que, entre outros, trazia análise minuciosa das propriedades humorais de diferentes tipos de vinho e seus efeitos sobre a saúde.

4.3.5. Das boas maneiras

“Anda despacio; habla con reposo, pero no de manera que parezca que te escuchas a ti mismo, que toda afectación es mala.

(...)

Ten cuenta, Sancho, de no mascar a dos carrillos, ni de erutar delante de nadie.

(...)

–También, Sancho, no has de mezclar en tus pláticas la muchedumbre de refranes que sueles; que, puesto que los refranes son sentencias breves, muchas veces los traes tan por los cabellos, que más parecen disparates que sentencias” (CERVANTES, 2004, p. 872).

Dom Quixote adverte Sancho a portar-se de forma adequada, falando pausadamente, andando devagar e evitando *erutar* (arrotar), o que era prática muito freqüente e reprovável do seu escudeiro.

Adverte ainda contra o uso excessivo de provérbios, verdadeira marca registrada de Sancho Pança, considerando que podem soar como disparates, quando empregados fora de lugar, revelando falta de discrição.

4.3.6. De como cavalgar corretamente

“Cuando subieres a caballo, no vayas echando el cuerpo sobre el arzón postrero, ni lleves las piernas tiesas y tiradas y desviadas de la barriga del caballo, ni tampoco vayas tan flojo que parezca que vas sobre el rucio: que el andar a caballo a unos hace caballeros; a otros, caballerizos” (CERVANTES, 2004, p. 873)

Além do significado mais direto deste conselho, ligado à adequada apresentação em público do governador, Dom Quixote dá a entender que para que Sancho torne-se um verdadeiro cavaleiro (e não um mero cuidador de cavalos), deve dedicar especial atenção à sua postura corporal, enquanto elemento integrante do ideal de discrição.

4.3.7. Da importância do sono moderado

“Sea moderado tu sueño, que el que no madruga con el sol, no goza del día; y advierte, ¡oh Sancho!, que la diligencia es madre de la buena ventura, y la pereza, su contraria, jamás llegó al término que pide un buen deseo” (CERVANTES, 2004, p. 873).

A necessidade de vigilância permanente por parte do governante é advertência que vem desde os tempos dos gregos e romanos, como assinala Bleznick (p. 64), sendo encontrada em muitas obras de *regimine principum*. Tal preocupação não estava ligada apenas ao fato de que a função de governar exige grande dedicação e tempo do governante, mas também à noção de que o sono excessivo, segundo os preceitos de Hipócrates e Galeno, diminuía a temperatura corporal, enfraquecendo o organismo e podendo causar a morte súbita.

Ainda segundo Bleznick, a busca da moderação em tudo, seja em relação à comida, à bebida, ao exercício físico, ao sono ou ao sexo era uma recomendação universal na época de Cervantes, que está claramente refletida nos conselhos acima. A temperança foi objeto de um capítulo inteiro do espelho de príncipe escrito por Pedro de

Rivadeneira¹⁸, que a descreve como sendo a virtude que ensina a moderar os apetites desenfreados, pôr freio à concupiscência, à desonestidade e a outros excessos.

4.3.8. Das disputas entre linhagens

“Este último consejo que ahora darte quiero, puesto que no sirva para adorno del cuerpo, quiero que le lleves muy en la memoria, que creo que no te será de menos provecho que los que hasta aquí te he dado; y es que jamás te pongas a disputar de linajes, a lo menos, comparándolos entre sí, pues, por fuerza, en los que se comparan uno ha de ser el mejor, y del que abatieres serás aborrecido, y del que levantares en ninguna manera premiado” (p. 873-874).

Este último conselho está deslocado, uma vez que não se trata, na verdade, de recomendação ligada ao adorno “do corpo”, mas de alerta contra a participação do governador em eventuais disputas entre linhagens (famílias), uma vez que, qualquer que seja o partido que venha a tomar, estará forçosamente desagradando ao outro, sem receber qualquer reconhecimento por parte daquele que apóia.

¹⁸ *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el príncipe cristiano* (1595), apud Bleznick (1957, p. 65).

5. Conclusões

O desempenho de Sancho Pança no governo da insula Baratária arrancou de Voltaire o seguinte elogio: “Je ne connais point de meilleur juge que Sancho Pança: cependant il ne savait pas un mot du code de l’île de Baratária” (apud BLEZNICK, 1957, p. 64).

De fato, Sancho demonstrou efetivamente durante o seu curtíssimo governo possuir quase todas as virtudes preconizadas na maioria dos espelhos de príncipe de tradição cristã, conforme resumidas nos conselhos que lhe foram dados por Dom Quixote. A importância desses conselhos deve ser devidamente enfatizada, pois, embora se possa admitir que Sancho tivesse uma certa intuição inata para o exercício do governo, é certo que o aconselhamento foi decisivo para o seu sucesso. E o escudeiro tinha plena consciência da importância do mesmo, pois enquanto Dom Quixote falava, “atentísimamente le escuchaba Sancho, y procuraba conservar en la memoria sus consejos, como quien pensaba guardarlos y salir por ellos a buen parto de la preñez de su gobierno” (CERVANTES, 2004, p. 871).

A apresentação e a estrutura geral dos conselhos dados por Dom Quixote refletem claramente a influência que os espelhos de príncipe espanhóis do *siglo de oro* tiveram em Cervantes. Dom Quixote/Alonso Quijano representa os tutores, secretários, preceptores, religiosos ou, em suma, todo e qualquer conselheiro que tenha escrito algum livro com o objetivo de ensinar os futuros governantes a bem exercerem suas funções. Sancho Pança, por seu turno, representa os príncipes, reis jovens, regentes, corregedores, nobres ou quaisquer outras figuras de relevo às quais esses livros eram dedicados (BLEZNICK, 1957, p. 62).

Ainda que os conselhos de Dom Quixote não apresentem em si grande originalidade em relação à secular tradição dos espelhos de príncipe, podemos afirmar, com Horacio Chiong Rivero (2009, p. 136), que a maior inovação de Cervantes está na

novelização de toda uma gama de preceitos e de advertências pragmáticos, que fogem do tom moralizante dos tratados políticos: “na farsa burlesca da ínsula Baratária é precisamente onde ele põe na boca do lúcido/louco fidalgo toda uma doutrina sociopolítica que tem por premissa primordial instruir o novo governador na arte do bem governar”.

Os bem intencionados conselhos do sábio/transtornado Cavaleiro da Triste Figura, longe de constituírem uma insípida e entediante doutrina, formam uma alegre e colorida paródia dos espelhos de príncipe “sérios”, na qual, de certa forma, Cervantes os traduz em uma linguagem mais coloquial e, portanto, mais acessível ao grande público que, rindo, não deixa de refletir sobre os seus conteúdos e eventualmente adotá-los como normas de conduta.

6. Referências bibliográficas

BLEZNICK, Donald W. "Don Quijote's advice to Governor Sancho Panza". *Hispania*, Vol. 40, No. 1, Mar. 1957, pp. 62-65.

BOTERO BERNAL, Andrés. "El Quijote y el Derecho: Las relaciones entre la disciplina jurídica y la obra literaria". *Revista jurídica Universidad Autónoma de Madrid*, n. 20, 2009 , pp. 37-65.

CARNEIRO, Alexandre Soares. *A cena admoestatória: Gil Vicente e a poesia política de corte na baixa idade média*. Tese apresentada ao Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras na área de Teoria Literária. Campinas: UNICAMP, 1997.

CASTIGLIONE, Baldesar. *I libro del Cortegiano*. A cura di Giulio Preti. Torino: G. Einaudi, 1965. Disponível em: <http://it.wikisource.org/wiki/Il_libro_del_Cortegiano>. Acesso em: 20.5.2013.

CERDAS, Emerson. *A Ciropedia de Xenofonte: um romance de formação na Antiguidade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

CERVANTES, Miguel de. *O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha*. Segundo livro. Trad. e notas de Sérgio Molina; apres. de Maria Augusta da Costa Vieira. São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____. *Don Quijote de la Mancha*. Ed. del IV Centenario. Real Academia Española; Asociación de Academias de la Lengua Española; Alfaguara, 2004.

_____. *Dom Quixote de La Mancha*. Trad. de Viscondes de Castilho e Azevedo. Notas de José María Castro Calvo trad. por Fernando Nuno Rodrigues. São Paulo: Nova Cultural; Circulo do Livro, 1993.

CHIONG RIVERO, Horacio. "Ínsula de buen gobierno: el palimpsesto guevariano em 'Las Constituciones del gran gobernador Sancho Panza'". *Cervantes: Bulletin of the Cervantes Society of America*, 28.1 (Spring, 2008):135-65. Disponível em: <<http://www.h-net.org/~cervant/csa/artics08/ChiongRiveros08.pdf>>. Acesso em: 10.3.2013.

CORTEGUERA, Luis R. "Sancho Panza Wants an Island: Cervantes and the Politics of Peasant Rulers". *Romance Quarterly*. Fall 2005; 52, 4; ProQuest Central, pp. 261-270.

DI SALVO, Angelo J. "Spanish Guides to Princes and the Political Theories in *Don Quijote*". *Cervantes: Bulletin of the Cervantes Society of America* 9.2 (1989): 43-60. Disponível em: <<http://www.h-net.org/~cervantes/csa/articf89/disalvo.htm>>. Acesso em: 20.6.2013.

DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Coimbra(?): Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999(?).

EHRHARDT, Marcos Luis. "Dimensões do poder político: Sêneca e o governo ideal no principado romano". *Anais do IV Congresso Internacional de História*. Maringá, 9 a 11.9.2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/254.pdf>>. Acesso em 20.4.2013.

ERASMUS, Desiderius. *The education of a christian prince*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando & GONZÁLES VESGA, José Manuel. *Breve historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

GILBERT-SANTAMARIA, Donald. "Sancho's insula and the politics of empire." *The Free Library*, 01 May 2007. Disponível em: <[http://www.thefreelibrary.com/Sancho's insula and the politics of empire.-a0202311597](http://www.thefreelibrary.com/Sancho's+insula+and+the+politics+of+empire.-a0202311597)>. Acesso em 12.3.2013.

HAHN, Fábio André. "Espelhos de Príncipes: considerações sobre o gênero". *História e-História*, 4.11.2008. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=134>>. Acesso em 15.3.2013.

LIMA, Alessandra Carbonero. "Xenofonte – Elementos para um Novo Perfil". *Notandum Libro 10*. CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, 2008. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand_lib_10/alessandra.pdf>. Acesso em 3.4.2013.

MACHIAVELLI, Niccolò. *O príncipe*; comentado por Napoleão Bonaparte; tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1977.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. "O leal conselheiro e a tradição do espelho de príncipe: considerações sobre o gênero". In: PARRILLA, Carmen (Org.). *Actas del IX Congreso Internacional de La Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Noia: Toxo Soutos. v. 2. p. 89-103. Disponível em: <http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/o_leal_conselheiro_e_a_tradicao_do_espelho_de_principe_consideracoes_sobre_o_genero.pdf>. Acesso em: 26.6.2013.

QUINTANA TEJERA, Luis. "Análisis literario de los consejos que da don Quijote a Sancho antes de ir a gobernar la ínsula Barataria. Segunda parte del *Quijote*". *Espéculo, Revista de estudios literarios*, n. 34, Universidad Complutense de Madrid. Disponível em:<

<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero34/consejos.html>>. Acesso em 24.3.2013

SANTOS, Antonio. *Barataria, la imaginada: el ideal utópico de don Quijote y Sancho*. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2008.

SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SENECA. *Of Clemency (De Clementia), Book I*. Trad por Aubrey Stewart. Bohn's Classical Library Edition; London, George Bell and Sons, 1900. Disponível em: <http://en.wikisource.org/wiki/Of_Clemency/Book_I>. Acesso em 13.4.2013.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994.

TINI, Valéria. *A (in)discrição: aspectos do decoro em Dom Quixote de Miguel de Cervantes*. Trabalho apresentado ao Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre. São Paulo: USP, 2006.